

As Redes Geográficas sob a Ótica

Analítica de Miossec*

Miguel Ângelo Ribeiro**

RESUMO

A moderna sociedade sob a égide da globalização e novas formas de conexão e exclusão de lugares e regiões no circuito produtivo reafirmam a importância dos estudos das Redes. Isso se deve ao fato de que na sociedade globalizada as diferentes redes, sejam tradicionais e inovativas, sejam de um conteúdo técnico-econômico-informacional, tornam-se

forças propulsoras de um novo modelo de acumulação de capital em curso.

Esse artigo resgata o enfoque das redes geográficas à luz do estudo de Miossec enquanto base para uma proposição metodológica a compreensão da temática das redes na sociedade informacional dos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE:

Redes Geográficas; Miossec; Globalização.

INTRODUÇÃO

A mundialização que envolve nossa sociedade conecta de uma forma ou de outra diferentes lugares e o mundo inteiro a infinitas redes e circuitos. Por conseguinte, é válido inferir que o estudo das redes vem se tornando imprescindível para compreensão desta sociedade globalizada e dependente cada vez mais destas numerosas redes, quer tradicionais (rede de localidades centrais) ou inovadoras (rede de gestão), quer de conteúdo técnico-econômico (rede de produção), quer técnico-informacional (rede de telex ou telefone), quer de redes de circulação como de comunicação, para viabilizar a manutenção e aceleração deste processo.

De modo geral, os autores que trabalham com o tema das redes e suas relações, como Santos (1988, 1994, 1996) e Corrêa (1989, s.d., 1997a), procuram identificar pontos comuns

que poderiam ser ressaltados de forma resumida, a saber:

1. A organização espacial se revela, de um lado, a partir de elementos fixos, constituídos como resultado do trabalho social. E, de outro lado, através dos fluxos que garantem as interações entre os fixos. Fixos e fluxos originam as redes.
2. Essas redes se materializam ou não no espaço, onde ocorrem fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações.
3. A diferenciação dos fluxos, segundo níveis, intensidades e orientações, está ligada a uma mais complexa divisão do trabalho e maior diversificação e complexidade dos objetos e das ações engendradas socialmente.
4. O fenômeno de globalização, estágio maior da internacionalização, conduz a um aumento da circulação e da comunicação, responsáveis por novas hierarquias e especializações.
5. Existem numerosas, complexas e desiguais redes geográficas que tornaram a organização

espacial caleidoscopicamente fragmentada e articulada de modo globalizado.

6. Os lugares e os indivíduos participam desse sistema-mundo, em graus diversos, e só aqueles mais importantes e hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios.
7. Há uma simultaneidade de redes, que se manifestam, sobretudo, em uma cada vez mais complexa rede urbana, na qual os centros podem assumir papéis diferenciados, especializados e/ou hierarquizados, conseqüentemente com diferentes fluxos.

Isto posto, este artigo procura focalizar uma das mais relevantes tarefas para os geógrafos qual seja, o estudo das redes, analisando a contribuição de Miossec (1976) e sua proposta em distinguir três tipos de interações espaciais geradoras de redes – a de distribuição (difusão), a de produção e a de gestão (decisão).

AS REDES E A CONTRIBUIÇÃO DE MIOSSEC

Dentre as diversas contribuições técnicas sobre o estudo de redes, destaca-se a proposta de Miossec (1976) que distingue três tipos de interações espaciais geradoras de redes – a de distribuição (difusão), a de produção e a de gestão (decisão). Essas redes apresentam-se superpostas, indicando a complexidade das interações espaciais. Mais do que isto, as três redes constituem uma unidade real e que, cada uma possui apenas uma relativa autonomia, estando interdependentes entre si.

A ênfase para o autor em relação aos demais citados anteriormente atrela-se ao fato de Miossec ter apontado pistas importantes no sentido de mostrar que determinadas cidades participam de diferentes tipos de interações espaciais, organizando redes como as de distribuição, produção e gestão, sendo que para cada uma das interações a cidade assume diferentes papéis.

O autor (Miossec, 1976, p. 165) procura distinguir três tipos de interações espaciais gera-

doras de redes, associadas ao desenvolvimento de uma economia internacional que torna mais difícil a escolha de uma localização. Sendo assim, encontram-se três tipos de redes de estruturas complexas – a de distribuição (difusão), a de produção e a de gestão (decisão) (Figura 1).

A primeira refere-se à **rede de distribuição** (difusão), insistentemente analisada a partir da Teoria dos Lugares Centrais formulada por Walter Christaller em 1933. Nesta rede são considerados os graus de centralidade e as respectivas regiões de influência de um determinado conjunto de centros. O estudo da hierarquia das cidades está pautado em questionamentos sobre o número, tamanho e distribuição das cidades e, conseqüentemente estabelecendo a diferenciação entre elas. A natureza da rede urbana é compreendida através da hierarquia de seus centros, isto é, a posição que os mesmos ocupam em um dado conjunto de centros, em decorrência da oferta de bens e serviços, caracterizando-os assim como uma localidade central, ou seja, o centro é dotado de uma centralidade. Neste contexto, as necessidades elementares e freqüentes não implicam em um deslocamento importante, realizado a curta distância, enquanto as necessidades sofisticadas e muito raras podem ser satisfeitas por um lugar central situado a uma distância maior que aquela associada aos bens e serviços de consumo freqüente.

Os diversos níveis de centralidade são estabelecidos pela intensidade dos fluxos (procura de uma cidade por outras na busca de bens e serviços), pela disponibilidade de equipamentos funcionais (os bens e serviços oferecidos), além do alcance espacial de cada centro (área de atuação em razão de sua centralidade). Sendo assim, é possível analisar um conjunto de centros urbanos como lugares centrais, estruturados numa rede de distribuição de bens e serviços. De forma resumida, quanto maior o número de funções oferecidas, maior o grau de centralidade, sua área de influência e o número de consumidores atendidos.

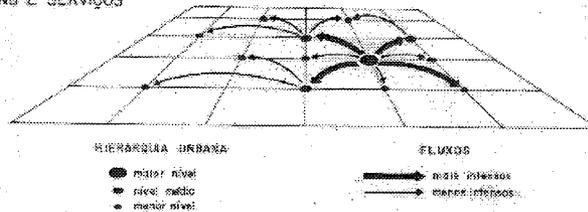
Segundo a natureza da hierarquia urbana, dois aspectos podem ser identificados. O primeiro refere-se ao nível hierárquico de um centro, pois, quanto maior for, mais distanciado ele estará de um outro de mesmo nível e, portanto, menor será o número de centros de mesmo patamar. Além disso, esse mesmo centro apresentará uma maior área de influência e maior será a população por ele atendida em suas necessidades de consumo de bens e serviços. O segundo aspecto, ressalte-se, diz respeito à relação entre o nível hierárquico e a oferta de bens e serviços na medida em que quanto mais alta for a hierarquia do centro, maior será essa oferta.

A Figura 1 permite analisar a situação exposta, exemplificando-se através de três níveis hierárquicos representados por um centro de maior nível, três centros de nível médio e os demais centros da rede hipotética, com nível mais inferior. Entre os nós da rede existem fluxos de maior e menor intensidade. A importância desses núcleos é verificada através de sua centralidade, expressa pelo grau de importância a partir de suas funções centrais, ou seja, a oferta de bens e serviços. Quanto maior o número de bens e serviços oferecidos (funções centrais), maior será o grau de centralidade daquele centro, como também a sua região complementar (área de mercado), além do maior volume de população externa atendida.

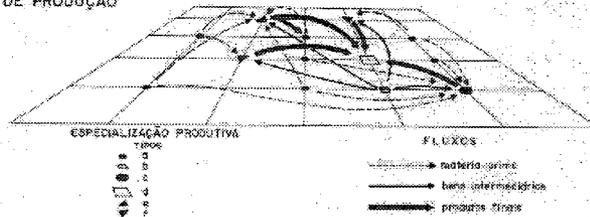
Figura 1

TIPOS DE REDES

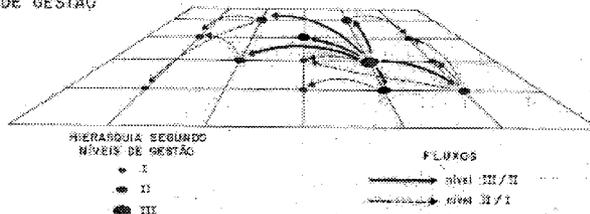
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS



REDE DE PRODUÇÃO



REDE DE GESTÃO



FONTE: Elaborado por Ribeiro, 1998.

Atualizado: Paulo A.M. Barros

Os principais pressupostos da Teoria das Localidades Centrais, tais como Christaller os formulou, como a da planície isotrópica e da racionalidade, foram criticados. Variações pautadas no mundo real e não mais em pressupostos teóricos foram evidenciadas. Sendo assim, diversos autores, e, dentre eles, o próprio Christaller, e mais recente Bonetti (1968); Diniz, (1972); Claval (1968, 1973); Robic (1982); Cardoso et al (1982); Ablas (1982) comprovaram algumas delas, decorrentes de elementos que, na realidade, não são constantes e uniformes como, por exemplo, estrutura demográfica, renda, padrões culturais, dinâmica regional, etc.

Nos anos 70, Corrêa (1997a) procurou repensar, de forma crítica, a Teoria das Localidades Centrais. Por seu conteúdo, acredita-se ser válido indicar alguns dos pontos levantados pelo autor, que devem ser incorporados nos atuais estudos.

O primeiro ponto que requer atenção é aquele ligado ao modo de produção capitalista e as esferas de produção, distribuição e consumo que desempenham papel de destaque na organização da sociedade e do espaço. O autor assegura que

Neste processo de articulação e integração, sob domínio da produção capitalista, crescente e diversificada, os mecanismos econômicos de alcance espacial máximo e mínimo e de economias de aglomeração adquirem um significado novo que é o da própria acumulação capitalista, e geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição. (Corrêa, 1997a, p. 18-9)

Mais além, Corrêa (1997a, p. 21) ainda afirma:

Isto significa que o processo de acumulação capitalista, fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado, tem uma dimensão espacial e esta tem como um de seus lugares a rede de locali-

dades centrais tanto em nível regional como intra-urbano.

Prosseguindo ainda na releitura da Teoria das Localidades Centrais, deve-se lançar um olhar sobre a diferenciação de consumo entre os diferentes grupos sociais, traduzida também em diferentes arranjos espaciais, dentro de complexas hierarquias. Santos (1979a, 1979b) refere-se aos “circuitos superior e inferior” da economia e às suas diferentes projeções espaciais e nos aponta para a diferenciação de consumo entre os diversos grupos sociais e, em paralelo, a um diferente comportamento espacial dentro do mesmo espaço de coexistência, como ocorre na própria reprodução do modo capitalista de produção. Assim, verifica-se que a rede de localidades centrais constitui-se em um meio através do qual se viabiliza o processo de acumulação capitalista e no qual reproduz-se a diferenciação de classes sociais.

A respeito dos arranjos espaciais exemplificados por Corrêa (1997a, p. 29) e demais autores – redes dendríticas, “primate system”, “feeder system”, “top-heavy system”, sistema hierárquico imperfeito, etc. – deve-se entendê-los como reveladores das diferentes formas de penetração do capitalismo. Esse, com suas intrínsecas desigualdades, acaba por gerar desiguais padrões, exemplificados através da densidade populacional, nível e distribuição da renda, tendo, como conseqüência, a formação de diversos arranjos espaciais. Para além das proposições, descobertas e descrições de formas geométricas ou de diversos arranjos, deve-se atentar que existem diferentes relações entre sociedade, história e espaço provocadas por diferentes formas de inserção do capitalismo.

Uma outra discussão sobre a Teoria de Christaller é aquela que se refere à situação do capitalismo monopolista, não refletido pelo autor, cujos pressupostos estariam assentados sobre o capitalismo concorrencial, em decorrência do momento histórico vivenciado quando da elabora-

ção de sua teoria, e atualmente já ultrapassado. De fato, o capitalismo monopolista traz uma progressiva diminuição da importância e, até mesmo, do número de cidades com grau de centralidade de mais baixo nível hierárquico. Contudo, Corrêa (1997a, p. 35) explicita que arranjos estruturais e espaciais como os da fase concorrencial podem emergir sob o capitalismo monopolista, como ocorreu no Brasil, em áreas povoadas após 1960, caso da fronteira de recursos, representada pela Amazônia. Ainda segundo o mesmo autor, é possível que, diante da nova situação, uma parte da demanda esteja vinculada ao “circuito inferior” da economia, enquanto outra, ligada ao “circuito superior” e também ao grande capital, seja atendida por fluxos de longa distância, utilizando-se dos fixos de maior centralidade da rede.

O segundo tipo de rede identificado por Miossec refere-se à **rede de produção**, ligada à presença de lugares que apresentam vantagens locais para o processo produtivo, envolvendo, entre outras, mão-de-obra, matérias-primas, energia, consumo e acessibilidade. A rede de produção tem sido, ao longo da História, marcada por um processo de complexificação e ampliação espacial, envolvendo progressivamente diferentes pontos e áreas da superfície terrestre. No estágio mais avançado do capitalismo, que diz respeito a uma escala global, é através da intervenção das grandes corporações multilocalizadas que se organiza o espaço. Sendo assim, a rede de produção pode se caracterizar pelo desaparecimento e pela dissolução dos espaços nacionais, regionais, locais, espaços desarticulados e dependentes, concentrados, mas não polarizados, como o autor nos aponta (Miossec, 1976, p. 170) a partir das idéias de Berezowski.

A organização da produção está intrinsecamente associada à natureza que sofre uma ação de intervenção à medida que o homem necessita suprir suas mais diversas necessidades. Sendo assim, a produção é socialmente organizada, implicando uma certa divisão do trabalho, esta-

belecionando relações sociais entre si e com a natureza (Yeung, 1994).

No estudo da rede de produção tem-se que levar em conta o que Hoover (1970) denomina de economia espacial, referindo-se à análise da questão “o que”, “está onde” e “por quê”. Portanto, torna-se necessário estudar os tipos específicos de atividades econômicas, suas localizações em relação a outras atividades, ou seja, questionar os problemas relativos à proximidade, concentração e dispersão das mesmas e às semelhanças ou diferenças dos padrões de distribuição geográfica, numa dada unidade básica de observação. Por outro lado, torna-se necessário investigar os respectivos padrões locais das distintas atividades econômicas.

A distribuição das atividades econômico-sociais sobre a superfície terrestre estrutura-se com alguma lógica. Elas ocupam um dado lugar no espaço geográfico e aparecem concentradas em alguns pontos desse espaço, decorrentes de fatores de atração e repulsão daquelas atividades, tendo como suporte, por um lado, a minimização dos custos de transporte, ou seja, a fricção que a distância imprime à distribuição das atividades, e por outro lado, considerando-se as proporções fixas de fatores de produção, bem como a oferta elástica de insumos (Ferreira, 1989, p. 69).

As formas de distribuição dessas atividades configuram a organização espacial da sociedade, e sendo assim, o espaço da produção não é homogêneo, pois não existe homogeneidade do espaço e ele está relacionado às mudanças de valor desse mesmo espaço (Santos, 1996). A organização espacial global de uma dada unidade básica de organização resulta da superposição de diferentes organizações espaciais específicas e que procuram dar conta da espacialização de um dos aspectos da totalidade social, caso da localização industrial, do uso agrícola, da evolução da rede de transportes. Para que essa organização espacial global se realize compativelmente, os agentes modeladores das diferentes organizações espaciais sofrem com a intervenção de dois outros agen-

tes – o Estado, com sua ação coordenadora e repressora via planejamento territorial ou através de interesses das grandes corporações capitalistas (Silva, 1997), que são capazes de organizar o espaço ao menos parcialmente, segundo seus interesses.

A organização espacial é o resultado do trabalho acumulado da sociedade ao longo do tempo, tendo no capital e na ação do Estado, seus agentes de organização do espaço, mas não se pode esquecer que a organização espacial é também reflexo e condição de reprodução social.

Neste contexto, na interação produtiva pressupõe-se uma unidade de produção que pode ser uma mina (exploração de um recurso mineral), uma fábrica, uma floresta (exploração de um recurso natural), uma área agrícola ou uma área de pastagem. Essas unidades de produção atuam em determinadas escalas que estão ligadas a uma decisão que pode ser desde aquela de um pequeno produtor (escala do indivíduo) a uma grande empresa. Deste modo, as localizações resultam desde as decisões pessoais até as de governo (estratégia gerencial de grande porte). No mundo de hoje, as estratégias de alocação da produção têm que estar atreladas à economia de mercado mundial. Esse tipo de rede descrito por Miossec está vinculado à produção em escala global, conseqüentemente dando ênfase às empresas multinacionais, que organizam redes próprias, em relação às quais internalidades e externalidades diversas são fatores de uma configuração complexa. Nessa situação, a integração da rede urbana é mais complexa e intensa, na qual há numerosas especializações funcionais e os centros urbanos exercem interações de complementaridade (Corrêa, 1991).

Quanto à rede de produção hipotética, a Figura 1 procura identificar diferentes tipos de cidades com suas diferentes especializações produtivas (a,b, c,...f). Cada cidade liga-se com uma ou mais cidades através dos seus fluxos de matérias-primas, bens intermediários e/ou produtos finais.

As especializações produtivas dos diferentes centros urbanos estão vinculadas ao seu desenvolvimento pautado na natureza e intensidade dos investimentos feitos, quer pelo setor privado, quer pelo Estado, nos diferentes segmentos do espaço.

Em uma economia capitalista, pela estratégia geral de maximização de lucros, os investimentos do setor privado se orientam, preferencialmente, para as localizações que ofereçam perspectivas de uma rentabilidade maior, ou seja, para aquelas que, por possuírem condições de produção mais desenvolvidas, permitem uma maior redução dos custos de operação. Esta seletividade motivada pela procura de lucros faz com que determinados setores do sistema produtivo, com características semelhantes, se agrupem em determinadas unidades espaciais dentro de uma região ou no país. A divisão territorial do trabalho, assim estabelecida, acentua a desigualdade espacial entre áreas que dispõem de boa infraestrutura, que tendem a se tornar ainda mais bem equipadas daquelas menos equipadas.

A estrutura produtiva dos diferentes centros urbanos, quer como expressão da maneira desigual como se distribuem no espaço os investimentos privados e públicos, quer por seus impactos sobre outros setores da organização urbana, é um dado importante para compreender a configuração do sistema urbano (Davidovich e Fredrich, 1988, p. 41-43).

O terceiro tipo de rede para Miossec refere-se à **rede de gestão**. Para o autor, esta rede é constituída por alguns pólos, não obrigatoriamente situados no centro, e sobretudo, por uma malha extremamente densa de linhas de informação adequadas, cada uma, às suas origens e a terminais de codificação e decodificação. Os mencionados pólos seriam locais privilegiados de interação onde as enormes necessidades de tecnoestrutura em homens, materiais e informações os estenderiam num espaço horizontal. Para Miossec (1976, p. 171), “a localização dos pólos de decisão corresponde às vantagens que os gesto-

res sentem aí dos equipamentos que eles encontram”.

Os lugares, ao mesmo tempo em que apresentam uma hierarquia nacional e internacional que interage com a organização do trabalho e com as formas organizacionais de produção das grandes firmas, se especializam num processo de divisão territorial do trabalho que vem se acentuando, ao mesmo tempo em que estão cada vez mais submetidos a um controle centralizado em alguns raros pontos do território. Esse controle advém das decisões tomadas por dois agentes que interagem no espaço – o Estado e a Empresa Privada. No caso do Estado, o papel do poder público como gestor é o de definir o conjunto de regras legais e administrativas, como a criação de municípios, novos estados ou como na abertura de estradas, infra-estrutura educacional e de saneamento e comunicações. Por outro lado, ele é gestor do capital quando resolve assumir papel de capitalista, na criação de uma unidade de produção ou de serviço, comandando assim o espaço. As empresas privadas atuam de modo diferente, pois organizam o que é delas em cada lugar que compõe sua área de influência. Quando são muito grandes, caso das empresas multinacionais (escala mundial) ou nacionais (atuando na escala interna de um Estado-Nação), elas comandam o espaço, criando novas redes estratégicas, que atuam com força cada vez maior.

A grande corporação passou a ter importante papel na reorganização espacial capitalista através da produção de componentes de um mesmo produto em diversos centros da superfície terrestre, como também no conseqüente comércio internacional entre subsidiárias de uma mesma corporação (Lipietz, 1977). Os centros, onde localizam-se as sedes das corporações, atuam como centros de gestão econômica e territorial de áreas nacionais ou mundiais. Neste caso, são considerados verdadeiras “cidades mundiais” (Shachar, 1983).

A grande corporação e a nova divisão internacional do trabalho são resultantes de um pro-

cesso interno ao capitalismo, a partir do conflito entre capital e trabalho e da competição entre diferentes capitalistas, dentro de um outro momento do longo processo de internacionalização do capital (Palloix, 1978). Trata-se da fase de internacionalização do capital-produtivo, que permite a atividade industrial se difundir crescentemente nos países e regiões periféricas, integrando-os em um amplo e complexo sistema econômico mundial.

A grande corporação apresenta várias características que se consolidam através do processo de expansão espacial do capital-produtivo e, segundo Corrêa (1991, p. 138), cinco delas são relevantes, estando interligadas entre si e vinculadas ao processo de acumulação. A primeira refere-se à ampla escala de operações, na qual essas corporações manipulam quantidades significativas de matérias-primas, bens intermediários e produtos finais, acarretando o elevado número de unidades produtivas e de serviços. A segunda característica é a sua natureza multifuncional, resultante de um longo processo de incorporações sucessivas, tanto ao nível da concentração horizontal (várias empresas subsidiárias e estabelecimentos filiais, produzindo os mesmos produtos) como também da integração ou concentração vertical (diversas unidades funcionalmente integradas entre si, que produzem, respectivamente, matérias-primas, bens intermediários e produtos finais diversos) e também pela organização do conglomerado (a grande corporação altamente diversificada, com atividades que no plano técnico não estão vinculadas entre si) resultado de uma política interna da corporação na diversificação dos investimentos visando a minimizar riscos, investindo-se em diferentes setores da economia e lugares com o intuito de auferir capital.

A terceira característica é a segmentação da corporação, que se relaciona ao seu caráter multifuncional, isto é, as empresas que formam o conglomerado apresentam diferenças entre si no que se refere ao nível de desenvolvimento tecno-

lógico, à divisão do trabalho e ao papel que desempenham no processo de acumulação de capital interno à corporação; a quarta característica refere-se às suas múltiplas localizações, e que as distinguem em decorrência de n fatores como os custos diferenciais da força de trabalho, especialização funcional, mercado consumidor, administração no âmbito da própria corporação, localizações rurais e urbanas, além do tamanho e das outras funções que desempenham, levando a uma divisão territorial do trabalho específica a uma dada corporação, que por sua vez, insere-se, em maior ou menor grau na divisão territorial do trabalho de um dado país e global. Finalmente na quinta e última característica, a grande corporação apresenta enorme poder de pressão econômica e política, mais precisamente no plano espacial, na gestão do território, reproduzindo as desigualdades espaciais através da reprodução desigual da sociedade. Segundo Corrêa (1991, p. 139), “a gestão do território torna-se, na realidade, gestão das diferenças territoriais”.

As cinco características descritas de forma resumida e que estão atreladas ao processo de expansão espacial do capital-produtivo tornam-se demasiadamente complexas quando se considera o ciclo de reprodução do capital que, por sua vez, está associado a uma complexa espacialidade que se materializa nas diversas localizações e fluxos das empresas que integram essas corporações, exercendo papel fundamental na organização do espaço. Este papel se verifica não só ao nível de suas ligações internas, mas também com outras empresas dos diferentes setores industrial, comercial e de serviços, resultando em outras diferentes espacialidades, dentre as quais pode-se identificar aquela derivada dos processos de integração internos a cada corporação – a integração territorial da corporação (Kafkalas, 1985).

Segundo Hymer (1978), há uma rede de cidades-chaves associada à grande corporação, onde existe uma hierarquia em termos de decisões e uma especialização no que tange à produção,

conforme indicado hipoteticamente na Figura 1. Cumpre mencionar que, apesar da proposta teórica de Hymer tratar da descentralização administrativa interna à corporação, não é invalidada a sua utilização para os diferentes patamares da hierarquia urbana. Supõe-se, por exemplo, que as atividades de nível III, correspondentes aos escritórios centrais, tenderão a estar mais concentradas, nos centros de maior hierarquia, ou seja, nas principais cidades, em decorrência de suas localizações junto ao mercado de capitais.

Neste contexto, quando da análise da rede de gestão proposta por Miossec (1976), procurou-se fazer uso da proposta de Hymer (1978) que mostra a expansão da corporação multinacional a partir do pós-II Guerra, no qual o espaço de atuação é ampliado. À medida que as corporações foram se expandindo em escala global, a tendência foi de alterar a organização espacial da produção através dos seus nós em relação aos centros de investimentos e administração, tornando-os cada vez mais separados, havendo uma ampliação de sua escala de operações e influenciando na natureza da corporação que passou a ser multifuncional e multilocalizada, com uma variedade de nós que organizam distintas áreas de influência.

Sendo assim, o tipo de rede proposto por Miossec (1976), o da gestão, pode ser tratado a partir dos pressupostos concebidos por Hymer (1978) no tocante ao espraiamento do capital.

Resumidamente, Hymer destaca que a medida em que o capital total se acumula, o tamanho das concentrações individuais que o constituem vai crescendo continuamente e a divisão vertical do trabalho cresce de modo paralelo. A empresa familiar, controlada rigidamente por um conjunto de indivíduos, em estreito contato com todos os seus aspectos, deu lugar à pirâmide administrativa da corporação. Para fazer frente ao desafio de um mercado em constante transformação, a empresa de negócios deveria desenvolver uma estrutura multidivisional. As empresas se descentralizavam em várias divisões, cada uma

vinculada a uma linha de produto e caracterizada por um departamento de direção próprio. Ao nível superior, criava-se um escritório central para coordenar a divisão e planejar a empresa como um todo.

Com base no esquema de Chandler e Redlich, Hymer (1978, p. 51-52) sugere um princípio de correspondência entre a centralização do controle dentro da empresa e a centralização do controle na economia internacional. A rede de gestão hipotética elaborada a partir do esquema de Hymer (1978) permite identificar três níveis hierárquicos segundo a gestão do centro urbano e que foram caracterizados pelo autor, como se segue.

No nível I, a teoria de localização sugere que suas atividades se disseminem por todo o globo, de acordo com a influência da força de trabalho, dos mercados e das matérias-primas, isto posto, a empresa multinacional difundirá a produção pela superfície terrestre, em decorrência ao seu poder de manipular capital e tecnologia associado à capacidade para racionalizar seu emprego em escala global.

Em se tratando de um país, as atividades do nível I vão estar distribuídas por uma maior porção do território, geralmente naqueles centros de menor importância e poder. As atividades de nível II concentram-se nas grandes cidades por necessitarem de empregados de escritório, sistemas de comunicação e informação. As atividades do nível II se acham bem mais concentradas geograficamente que as do nível I, em decorrência das empresas de diferentes ramos industriais tenderem a instalar seus escritórios de coordenação na mesma cidade, embora suas demandas sejam semelhantes.

Quanto às atividades de nível III correspondentes aos escritórios centrais, tendem a estar mais concentradas ainda que as do nível II, já que devem instalar-se junto ao mercado de capitais e ao governo, decorrente da necessidade de contato direto nos níveis superiores de tomada de decisões.

Hymer (1978, p. 79) acentua em seu livro que para a empresa multinacional, “as fronteiras nacionais estão traçadas com tinta invisível. Em uma primeira aproximação, para a empresa internacional as cidades são unidades de análise melhores que os países”.

A expansão da empresa ao nível internacional atua, por um lado, difundindo o capital e a tecnologia, enquanto, por outro, centraliza o controle estabelecendo uma rede integrada verticalmente, na qual as diferentes áreas se especializam em diferentes níveis de atividade.

A estrutura administrativa da corporação proposta por Hymer (1978) reflete uma espacialidade marcada por uma rede de unidades produtivas e centros administrativos dispersos geograficamente e articulados por uma rede de gestão interna, evidenciando uma rede urbana da empresa e de processos de gestão.

Isto posto, Corrêa (s.d., p. 2) ressalta quanto ao papel do centro de gestão:

o controle exercido pelo centro de gestão do território resulta tanto da criação pela empresa nele sediada de atividades em outros lugares, como da absorção de empresas ou unidades pertencentes a empresas concorrentes. Criação e absorção que se inserem no processo de expansão marcado seja pela concentração horizontal, seja pela concentração vertical ou integração, seja ainda por ambas e pela diversificação. Esta expansão, por sua vez deriva de necessidades intrínsecas à empresa (e ao sistema capitalista) e vinculam-se à necessidade de novas localizações caracterizadas pelo acesso e controle das matérias-primas, fontes de energia, mercado consumidor, força de trabalho mais barata e politicamente menos ativa.

Miossec após caracterizar os três tipos de interações espaciais e suas redes procura apontar como os mesmos se interconectam nas cidades

que configuram redes urbanas de diferentes países. Para aqueles em vias de desenvolvimento, a cidade, mesmo a capital, muitas vezes, é incompleta: ela está longe de possuir todas as funções e de ser a cabeça da rede de produção, da qual uma parte é diretamente comandada do exterior, como seria o caso, das metrópoles incompletas de Milton Santos (1993); a rede de distribuição é muitas vezes desigual, fragmentada (Miossec, 1976). Quanto à gestão, seria necessário poder analisar o papel das decisões tomadas pelos Estados e pelos gestores do exterior a fim de se ter um índice do poder da capital em seu país e em relação ao exterior. A dependência intelectual, financeira, técnica, permanece forte. Nos países desenvolvidos, o contato se efetua na capital, que pode concentrar o essencial do poder e nas metrópoles regionais dotadas não somente de um real poder regional mas também de capacidade de decisão em escala nacional e supranacional: a existência de poderosos centros de função básica complementares permitiu diminuir consideravelmente as disparidades regionais. Em escala mundial, as economias externas e internas permitiram perceber um crescimento do qual a redistribuição dos lucros é uma questão de escolha, e de escolha política.

Quando se reporta à rede urbana nacional, cada cidade tem um papel específico. A cidade não mantém hoje relações apenas com as outras mais próximas, em decorrência dos fluxos que entre elas podem intensificar-se graças a maior flexibilidade dos meios de comunicação (Santos, 1988, p. 55-56). Isto posto, um centro de nível hierárquico mais baixo e de porte pequeno ou mesmo intermediário, pode dirigir-se para um centro de hierarquia mais elevada localizado a grande distância.

Em decorrência da complexidade da integração da rede urbana convém repetir que, diante de uma mais complexa divisão territorial do trabalho, os centros urbanos participam de várias redes de cidades, ou de diferentes interações geradoras de redes – distribuição, produção e de-

cisão (gestão). Segundo Corrêa (1997b, p. 313), cada centro participa de

várias redes geográficas distintas entre si no que se refere à natureza dos fluxos, intensidade, frequência, agentes sociais e outros atributos organizacionais, temporais e espaciais.

Os centros urbanos diferenciam-se entre si tanto como centros especializados/diversificados, como na rede de produção; atuam como lugares centrais na rede de distribuição de bens e serviços, como também podem destacar-se como centros especializados ou não na rede de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No domínio da produção capitalista crescente e diversificada, destacam-se os diversos tipos de redes, que assumem diversas formas de manifestações, tornando-se, portanto, cada vez mais relevantes para a análise geográfica do mundo atual.

Entre os diferentes tipos de redes mencionam-se, de um lado, as formais, exemplificadas através da distribuição, da produção e da gestão, controladas pelas diversas instituições do Estado, pelas diversas instituições sociais e pelas grandes empresas que se orientam, via de regra, por mecanismos de mercado. A partir delas, estabelecem-se interações espaciais, materializadas ou não, por onde fluem mercadorias, capitais, trabalhadores, consumidores e informações. Por outro lado, identificam-se múltiplas redes ilegais ou clandestinas, envolvendo, por exemplo, a rede da droga, que se vincula com a rede capitalista “oficial” bem como as redes do crime organizado e do terrorismo e ainda as redes do “tráfico humano”, relacionadas especialmente à migração clandestina.

Essa simultaneidade de redes formais e informais se manifestam, sobretudo, em uma cada vez mais complexa rede urbana, na qual os centros podem assumir papéis diferenciados, espe-

cializados e/ou hierarquizados, conseqüentemente com diferentes fluxos.

Neste contexto, no sistema capitalista, as redes geográficas formais e informais são determinantes e determinadoras das desigualdades sócio-espaciais e de regulação política dos diferentes grupos sociais envolvidos, sendo, portanto imprescindíveis à compreensão da sociedade globalizada pela economia informacional, que redefina o papel dos lugares nos espaços de fluxos.

NOTAS

* Este artigo é parte integrante do Capítulo I - Espaço e suas múltiplas Redes: os pressupostos teóricos da Tese de Doutorado "A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise", defendida em 12/08/1998, no Departamento de Geografia da UFRJ. O autor expressa agradecimentos ao professor Roberto Lobato Corrêa pela valiosa orientação e troca de idéias e ao geógrafo Carlos Alberto Franco da Silva, pela leitura minuciosa e valiosas críticas e sugestões, na elaboração dessa versão. Artigo encaminhado para publicação em janeiro de 2001.

** Professor Adjunto do Departamento de Geografia - UERJ (Rio de Janeiro).

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ABLAS, Luiz Augusto de Q. *A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas*. São Paulo: I.P.E. - USP, 1982. p. 215

BONETTI, Eliseo. A teoria das localidades centrais, segundo W. Christaller e A. Losch. In: *Centralidade. Regionalização*. Textos Básicos-1. Rio de Janeiro: IPGH/ Comissão de Geografia, 1968. p. 1-17.

CARDOSO, M. F. T. C. e AZEVEDO, L. M. P. Rede de Localidades Centrais: Uma Tipologia Aplicada ao Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 44, p. 639-375, out./dez. 1982.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. Translated from Die Zentralen Orte in Süddeutschland by Carlisle W. Baskin. New Jersey, Prentice-Hall, INC. Englewood Cliffs, 1966.

CLAVAL, Paul. La teoría de los lugares centrales. In: *Centralidade. Regionalização*. Textos Básicos-1. Rio de Janeiro: IPGH/Comissão de Geografia, 1968. p. 19-37.

_____. La théorie des lieux centraux revisitée. *Rev. géogr. de l'Est*, n. 1-2, p. 225-51, 1973.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. 96 p.

_____. Corporação e espaço - Uma nota. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 137-145, jan./mar. 1991.

_____. *Identificação dos centros de gestão do território no Brasil*. Rio de Janeiro: s.d. 33 p. Mimeo.

_____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de et al (Orgs.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

DAVIDOVICH, Fany & FREDRICH, Olga Maria Buarque. Urbanização no Brasil. In: SILVA, Solange Tietzmann (Coord.). *Brasil: uma visão geográfica dos anos 80*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 354 p. p. 13-85.

DINIZ, M. S. A rede de localidades centrais do Rio Grande do Sul determinada através da Teoria dos Grafos. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 23, 1972.

FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). *Economia regional - Teorias e métodos de análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1989. 644 p. p. 45-65.

HOOVER, JR., Edgar M. The partial equilibrium approach. In: DEAN, Robert D. et al (Ed.). *Spatial economic theory*. New York: The Free Press, 1970. p. 3-14.

HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. 118 p.

KAFKALAS, Grigoris. Location of production and forms of spatial integration: theoretical considerations and some examples from the non-fuel minerals sector. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 9, n. 2, p. 233-253, 1985.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1977. 209 p.

MIOSSEC, Jean-Marie. La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. *L'espace Géographique*, Paris, n. 3, p. 165-75, juillet-septembre. 1976.

PALLOIX, Christian. *La internacionalización del capital*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1978. 242 p.

ROBIC, Marie-Claire. Cent Ans avant Christaller... Une Théorie des Lieux Centraux. *L'espace Géographique*, Paris, n. 1, p. 5-12, janvier/mars, 1982.

SANTOS, Milton. Uma revisão da teoria dos lugares centrais. *Economia espacial críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 101-9.

- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 345 p.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.
- _____. *Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.
- _____. *A natureza do espaço: Técnica e tempo – Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.
- SHACHAR, A. A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global. In: BECKER, B. K. et al (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ – Depto. de Geografia. Programa de Pós-graduação, 1983. p. 75-97.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Dinâmica espacial do capital bancário – difusão, integração e crise: estudo de caso do Banco Nacional*. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- YEUNG, Henry Wai-chung. Critical reviews of geographical perspectives on business organizations and the organization of production: towards a network approach. *Progress in Human Geography*. Manchester, Edward Arnold, v. 18, n. 4, p. 460-490, 1994.

ABSTRACT

In the modern society under the aegis of the globalization, new forms of connection and exclusion of places and regions in the productive circuits make the networks study of utmost importance. This is due to the fact that in the globalized society the different networks, either traditional or innovative, either of a technical-economic and information content, become the propelling forces of a new model of capital accumulation in course.

This issue tries to rescue the analytical approach of the geographic networks, highlighting the Miossec study as a basis for a methodological proposition for the understanding of the network thematic of the current information society.

KEYWORDS:

Geographical Networks; Miossec; Globalization.